

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO I, Nº25 - NOVEMBRO - PORTO VELHO, 2001
VOLUME II

ISSN 1517-5421

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História
ARNEIDE CEMIN - Antropologia
FABÍOLA LINS CALDAS - História
JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia
MIGUEL NENEVÉ - Letras
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

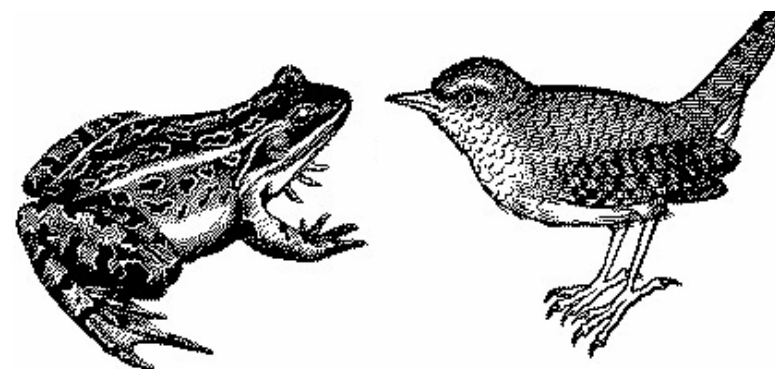
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

25



PENSANDO PORTO VELHO
REFORMA AGRÁRIA: UMA MEDIDA ECONÔMICA

ANTONIO ELSON PORTELA



Antonio Élson Portela

Aluno do curso de Economia - UFRO

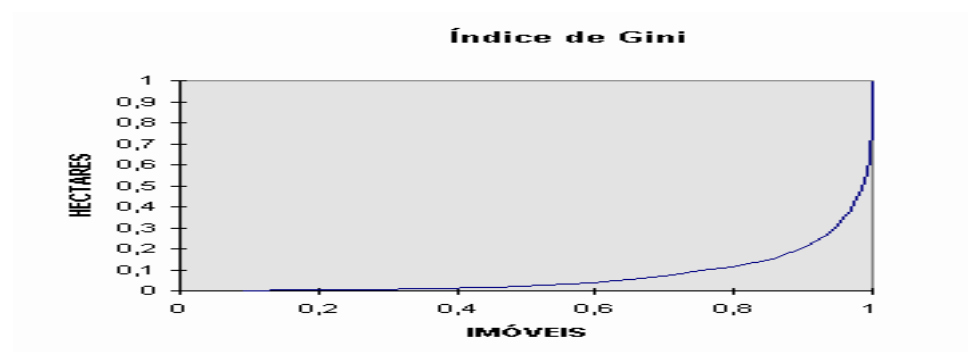
PENSANDO PORTO VELHO

REFORMA AGÁRIA: UMA MEDIDA ECONÔMICA

O Brasil é um País com dimensões continentais, no qual possui uma grande área disponível à agricultura, sendo em torno de 70% de seu território, mas sendo apenas 14 % desta área explorada. Conta ainda com um solo rico em minerais, que se torna ótimo para a agricultura. E sem contar que é dono de um terço das águas doce do Planeta e está situado em uma zona de clima equatorial, que é totalmente favorável à atividade agrícola.

Dos países com grandes extensões territoriais, o Brasil é o único que permanece com uma estrutura agrária parecida com a de sua colonização, prevalecendo o elevado número de latifúndios, que muito contribuem para a o processo de concentração de terras. E esta geralmente é medida pela escala de Gini¹. Na qual o Brasil encontra-se com um nível bastante concentrado, algo em torno de 0,802, colocando o País na 12ª posição do ranking de classificação de concentração de terras. Por esta escala o níveis se encontram entre valores de 0 a 1. Tendo em 1 a representação total da concentração total do grande latifúndio.

Observando a situação fundiária brasileira através da escala de Gini, nota-se que o Brasil está atrasado em relação aos países, que têm uma agricultura desenvolvida, em se tratando em Reforma Agrária. Resultando direto na produção agrícola nacional. Porque o país não aproveita os potenciais que lhe competem para ser um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo.

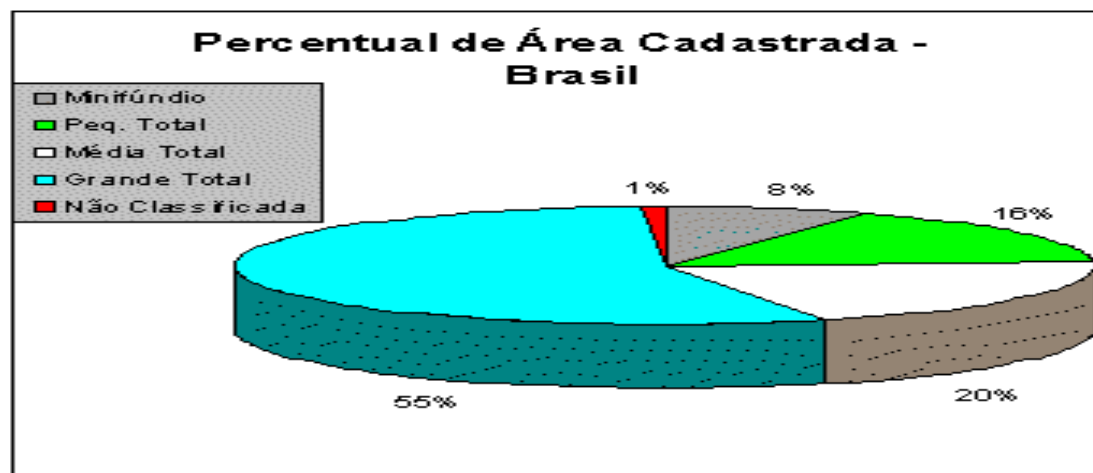


Fonte: INCRA

Através do gráfico acima observamos uma curva ascendente que corresponde a concentração de terras. E esta chegará no nível de concentração máxima, quando todas as terras pertencerem a uma só pessoa. No gráfico percebemos uma ótima desconcentração de terra, para propriedades com pequenas áreas. E acontece exatamente ao contrário para com as grandes propriedades.

Em todo o território nacional podem ser encontrados os grandes latifúndios, que geralmente são propriedades de pessoas muito poderosas. E que estão dispostos a lutar pela posse de suas terras. Estas grandes propriedades foram formadas desde a época da colonização brasileira. Enormes quantidades de terras eram usadas para o cultivo de uma determinada cultura, que tinha sua produção em grande escala, com fins para a exportação. E o Brasil passou por diversos ciclos de colonização agrícola, sempre baseadas na forma de monoculturas. Sendo que até hoje, são destinadas propriedades inteiras para o cultivo de uma só cultura. Como é o exemplo da soja, grande produto de exportação brasileira. Mas temos que atestar para a importância das grandes propriedades produtivas, que são os chamados "braço forte da agricultura brasileira".

Porém um dos grandes problemas da Reforma Agrária é a formação dos grandes latifúndios improdutivos. Por uma combinação de vários fatores e as dificuldades impostas pelo mercado. Os latifundiários perderam as condições de produção. Ficando hectares de terras inteiras em ociosidade por um longo período de tempo.



Fonte: INCRA

Através do gráfico acima podemos notar que o número das grandes propriedades é bem pequeno, mas que ocupam uma enorme área. E é exatamente o contrário que acontece com os minifúndios. Para efeito de classificação da propriedade rural, ficam definidos os seguintes conceitos:

¹ Estatístico Italiano

- Minifúndio: propriedade rural menor que o módulo fiscal;
- Pequena propriedade: área entre 1 e 4 módulos fiscais;
- Média propriedade: área entre 4 e 15 módulos fiscais;
- Grande propriedade: área superior a 15 módulos fiscais.

Um módulo fiscal é um imóvel rural "que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com ajuda de terceiros"²

A incorporação dos minifúndios e das pequenas propriedades pelos latifundiários e concentração de terras pode ser percebida após a Revolução Verde, que trouxe a mecanização da lavoura e as novas tecnologias para o campo. A Revolução Verde tornou-se um problema aos pequenos produtores rurais, que não apresentavam condições financeiras para a mecanização de suas lavouras e a aderirem às novas tecnologias. Este investimento é fundamental para o alcance de maior produtividade e bom preços, para que se produza excedentes no qual se destinarão à exportação.

Geralmente, devido ao tamanho das pequenas propriedades, o pequeno agricultor fica sem condições de investir na mecanização de suas lavouras, porque não seria muito vantajoso, pelo tamanho do investimento em uma área tão pequena. E muitos não se contentam com o simples sustento da subsistência, e preferem vender suas terras aos latifundiários e tentar uma nova vida na cidade ou então trabalhar para o dono das novas terras.

Como podemos ver nos gráfico acima, o Brasil apresenta em seu território uma grande área ocupada pelos latifúndios, cerca de 55% das áreas existentes pertencem a 3% do número de propriedades cadastradas, segundo informações obtidas do INCRA.³

Além do altíssimo nível de concentração de terras, podemos mencionar um grande número de grandes propriedades improdutivas. Cerca de 52,28% de área ocupada por latifúndios estão por ser exploradas. Isto demonstra que a Reforma Agrária Nacional vem passando por um profundo estágio de atraso em relação aos países desenvolvidos.

Com o desenvolvimento tecnológico no campo e a grande concentração de terras, podemos observar a marginalização do trabalhador rural, que tenta uma nova oportunidade na cidade. Este movimento denominado de êxodo rural, contribui muito para o crescimento demográfico das cidades, acarretando um índice maior de desemprego, geralmente pelas dificuldades que o homem do campo encontra nos grandes centros urbanos.

² Fernanda Zuquim – Brasil: A Modernização do Espaço Agrário ea Questão Fundiária

³ Balanço da Reforma Agrária feito pelo Incra

A população brasileira residente no campo em 1960 chegava em torno de 55%. Após a industrialização nacional, e as melhores condições de vida encontrada nas cidades, juntamente com a Revolução Verde, podemos notar que o número de pessoas residentes no campo mudou totalmente. E através de dados do IBGE, podemos concluir que hoje a população brasileira é predominantemente urbana. Sendo em torno de 82%.

A Reforma Agrária Nacional

A Reforma Agrária é o conjunto de medidas que visam fazer uma melhor redistribuição de terras, através dos projetos de assentamentos rurais, divididos em pequenas propriedades destinadas a famílias carentes, que não têm terra para tirar suas condições de sobrevivência. E visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

A Reforma Agrária brasileira assumiu uma grande importância nas discussões políticas de desenvolvimento nacional. Principalmente na década de 90, surgindo por todo o país reivindicações por Reforma Agrária liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Estes não conformados com a existência de muitas terras com potencialidades não aproveitadas; tendo eles um sonho de ser dono de sua própria lavoura. Este movimento mudou completamente a opinião da população em relação a Reforma Agrária. Com a política de invasão de terras improdutivas, gerando em algumas vezes conflitos com os proprietários, eles ganharam muitos adeptos e outros contra o movimento.

Segundo líderes do movimento, o número de trabalhadores rurais sem-terra vem crescendo no Brasil e já alcança 4,8 milhões de famílias, dos quais 150 mil pessoas estão ligadas ao MST, espalhados por 600 acampamentos em todo o País. Sua principal meta é protestar contra a concentração de terras e cobrar do Governo Federal um maior Orçamento para a Reforma Agrária. Querendo elevar a cifra de R\$ 1,3 bilhões anuais para R\$ 4 bilhões.

As reivindicações históricas de reforma agrária defendida para garantir terra aos sem-terra são muito justas, porque consagra o acesso à propriedade aos trabalhadores, historicamente excluídos pela burguesia e pelo latifúndio de terem uma terra para manter suas famílias e garantir suas mais elementares condições de vida.

Porém dar terra aos trabalhadores rurais não resolveria nenhum problema social do país. Os projetos de assentamentos do governo brasileiro segundo o Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Raul Julgmann, visa muito mais que dar assistência ao lavrador e sua família, através de um pedaço de chão para plantar, do que propriamente criar colônias especialmente produtivas entre os sem-terra. Uma família assentada pelo programa de reforma agrária ganha um lote de 20 hectares e em média um crédito de R\$ 20.000 para construir sua casa, comprar equipamentos e sementes para começar uma plantação. O Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra afirmam que o crédito cedido pelo governo é somente R\$ 7.500 para cada família, uma diferença de R\$ 12.500.

O Balanço da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar de 2000, registram que em seis anos, de 1995 até o final de 2000, 482.206 famílias – mais 2 milhões de pessoas conquistaram seu pedaço de chão em assentamentos da Reforma Agrária. Desde 1995 até o final de 2000, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) liberou R\$ 10,2 bilhões para pequenos produtores. Somam 3.736 assentamentos criados pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (Incrá) em quase 18 milhões de hectares de 1995 a 2000.⁴

Mas o grande problema encontrado para desencadear o processo de Reforma Agrária é os altos custos que ela vem enfrentando. Principalmente com os valores pagos a certas indenizações aos latifundiários, que são bastante elevadas. Isto se tornou um sistema bem rentável para os donos de latifúndios improdutivos.

Uma Medida Econômica

A Reforma Agrária não representa somente uma política social, em que apenas tenha que dar terra a trabalhadores rurais. Ela deve ser encarada com outras pretensões. A desconcentração de terras seria, uma verdadeira medida econômica, e com muito mais importância que uma medida social.

O Brasil tem enormes possibilidades econômicas, recursos naturais e uma grande mão-de-obra disponível. Tem terras férteis sobrando, e tem pelo menos 4,8 milhões de famílias sem-terras querendo trabalhar. Com todos esses fatores o País poderia ter um volume bem maior nas suas exportações agrícolas e abastecer todo o mercado interno.

“O Governo não faz a Reforma Agrária, mas gasta todos os anos, cerca de 5 bilhões de dólares (mais de 10 bilhões de reais) com a importação de comida que poderia ser produzida aqui”.⁵

Seria de suma importância a exploração de todas as áreas disponíveis à atividade agrícola no Brasil. E a única alternativa para se dar o aproveitamento dessas áreas é o fim das grandes propriedades improdutivas, que representa um atraso para a agricultura brasileira.

Mas não podemos descartar a importância que as grandes propriedades totalmente produtivas têm para a economia local. Estas geram grandes volumes de divisas para o País com suas exportações. Como foi por muitos anos o caso da Fazenda Itamarati, que já foi considerada a maior produtora de soja do mundo. E hoje podemos citar os grandes grupos agrícolas como a Arisco, Círius, Parmalat, Maggi, que são grandes exportadoras agrícolas.

Porém não basta apenas realizar a Reforma Agrária. O agricultor precisa ter recursos para produzir. Ele precisa de apoio governamental. Como a criação de uma linha de crédito para financiamentos à aquisição de máquinas, sementes e outros empreendimentos; aplicação de subsídios. Este última é uma das ações do governo mais importante para o desenvolvimento da agricultura nacional.

⁴ Dados obtidos no Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária

⁵ Jornal dos sem-terra, abril de 2001.

De acordo com a revista *The Economist*, para cada dólar ganho, um fazendeiro americano recebe do governo cinquenta centavos a mais em subsídio do governo sobre o valor real do que foi produzido, enquanto um japonês recebe 2 dólares a mais. O total de subsídios gasto pelo governo americano por ano chega em torno de 100 bilhões de dólares.⁶

Vale a pena mencionar a política econômica realizada pelos grandes produtores e exportadores de produtos agrícolas. A proteção de seu mercado interno, adotando uma elevada tarifa sobre os produtos agrícolas importados. Este protecionismo, reforçado com uma redução nas cotas de importação por parte dos grandes países industrializados, agrava os sérios problemas das nações dependentes das exportações de produtos primários.

Nos países que observamos uma forte aplicação de subsídios e uma política protecionista, podemos observar o grande desenvolvimento agrícola. Como acontece com os Estados Unidos – maior produtor e exportador de produtos agrícolas do mundo. Estes representam cerca de 14% das exportações totais do país.

Se o governo brasileiro seguisse o exemplo americano e realizasse de fato uma Reforma Agrária, para aqueles que estivessem dispostos a se dedicar a agricultura, nós teríamos grandes chances de ter uma agricultura Primeiro Mundo.

Sendo realmente realizada uma Reforma Agrária no Brasil, boa parte das terras cultiváveis do País estariam sendo exploradas, criando mais riquezas para a nação. E haveria uma “movimentação das terras” gerando um grande fluxo de capitais e a criação de empregos diretos e indiretos na zona rural. O que seria ótimo para reduzir o grande aglomerado encontrado nos grandes centros urbanos.

Para por a terra em movimentação o agricultor precisa de crédito para adquirir sementes, maquinários, insumos, instruções técnicas e outros fatores existentes para uma atividade agrícola. Isto resultaria diretamente na ampliação de novos mercados de produtos agrícolas e o surgimento de indústrias de maquinários. Acarretando também na criação de empregos nos centros urbanos.

Com o surgimento de empregos nas cidades e no campo, haverá um maior mercado consumidor, o que realmente interessa aos grandes investidores estrangeiros. Um grande mercado para os seus produtos e um grande número de mão-de-obra disponível.

Outra conseqüência que surgirá facilmente com a Reforma Agrária será uma grande produção de alimentos, que atingirá uma auto-suficiência do mercado interno e uma produção de excedentes que se destinará à exportação.

E com uma produção totalmente mecanizada, ela tenderá a chegar em um menor custo de produção, implicando em menor custo de vida em se tratando de alimentação.

Por motivos de favorecimento de classes políticas, a Reforma Agrária está muito lenta. Os grandes proprietários que têm muita influência política jamais cederia suas terras para os assentamentos do governo e tão pouco repassaria-as através de títulos da dívida agrária por preços justos. Já que as indenizações viraram o negócio da moda

⁶ Hélio Carlos Gacia – Lições de Geografia

Para a concretização da Reforma Agrária seria necessário um Orçamento Federal gigantesco, para o qual o Brasil recorreria para os empréstimos obtidos lá fora. Esse é um dos motivos porque demora tanto o processo de desconcentração de terras no País. Será que o Governo deve aumentar a sua dívida externa para financiar a Reforma Agrária Nacional?

Bibliografia

LUCCI, Elian Alabi - **GEOGRAFIA: Homem no Espaço Global**, São Paulo, Saraiva, 1995.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Nº 3, Abril de 2001.

GARCIA, Hélio Carlos – **Lições de Geografia**, 3.ed., São Paulo, Scipione,1995.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

SUGESTÃO DE LEITURA

TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR

MARSHALL BERMAN
Companhia das Letras

RESUMO: Elaborado como ensaio histórico e literário, este livro representa uma visão dos tempos modernos, investigação do espírito da sociedade e da cultura dos séculos XIX e XX. Berman não hesita diante do desafio de lidar com as mais diversas áreas. Originada em leituras de autores fundamentais, realiza exercício livre de dogmatismo, de forma direta e apaixonada.

SUMÁRIO: O Fausto de Goethe: A tragédia do desenvolvimento; Tudo que é sólido desmancha no ar: Marx, modernismo e modernização; Baudelaire: o modernismo nas ruas; Petersburgo: o modernismo do subdesenvolvimento; Na floresta dos símbolos: algumas notas sobre o modernismo em Nova Iorque.

Áreas de interesse: Letras, Filosofia, História.

Palavras-chave: Civilização Moderna, Século XIX, Século XX, Crítica Literária.

